

## **Ciber-informações indígenas no Brasil:** um mapeamento e análise da comunicação de povos indígenas brasileiros na internet a partir das potencia- lidades das novas mídias e do aporte da comunicação comunitária

**Joana Brandão Tavares - UFSC**  
joanabrandao@hotmail.com

### **Resumo**

Neste artigo, buscou-se vislumbrar como as demandas do movimento de comunicação comunitária pela visibilidade dos diversos grupos que compõem ao seio social encontram um novo suporte para atuação na internet. No contexto atual, em que a internet possibilita a produção participativa de conteúdo e a emergência de qualquer cidadão como emissor e não apenas consumidor e receptor da informação, aflora um novo espaço para atuação informacional e política destas minorias excluídas. A partir da contextualização destas questões, realizamos um mapeamento dos cibermeios de autoria de povos indígenas no Brasil no ano de 2011 e analisamos características da presença indígena na rede.

**Palavras-chave:** Comunicação comunitária, jornalismo cidadão, povos indígenas.

### **Abstract**

In this paper, we sought to analyze how the demands of the movement of community communication for visibility of the various groups that are part of the society find a new support for action on the internet. In the present context, in which the Internet creates possibility for participatory content production and any citizen can be sender and not just receiver and consumer of information, emerges a new space for political and informational activities performed by the excluded minorities. From this contextualization, we present a mapping of cyber media authored by indigenous peoples in Brazil in 2011 and analyze characteristics of the indigenous presence in the Internet.

**Key-words:** Community communication, citizen journalism, indigenous people.

Diversas teorias surgiram no campo científico para estudar o jornalismo e compreender o papel político, a capacidade de aproximar-se da realidade e a possibilidade de composição de uma ciência para o estudo desta prática. Essas teorias (do espelho, da ação pessoal, organizacional, da ação política, construcionista, estruturalista, interacionista, entre outras), conforme apresentadas por Traquina (2004), podem ser vistas como um registro histórico dos questionamentos sobre quão fidedigna à realidade é a informação jornalística e de como técnicas e deontologias foram traçadas para possibilitar a realização e consequente compreensão do relato noticioso.

Ao observar o papel desempenhado pelos relatos de notícias em diversos momentos da história, Traquina verifica no jornalismo um quarto poder que defende, sobretudo, o *status quo*, mas periodicamente poderia realizar o potencial de contra-poder (TRAQUINA, 2004, p. 201). Genro Filho (1987, p. 14, grifo do autor) apresenta compreensão semelhante do jornalismo ao defini-lo como “uma *forma social de conhecimento*, historicamente condicionada pelo desenvolvimento do capitalismo, mas dotada de potencialidades que ultrapassam a mera funcionalidade a esse modo de produção”. A possibilidade de utilizar as mesmas formas produtivas estabelecidas pelo capitalismo sem subjugar-se às relações de produções desse sistema seria uma alternativa para compreender a produção da cultura de massa.

Genro Filho apresenta uma concepção do papel social do jornal além do fatalismo crítico da ideia de cultura de massa e manipulação burguesa desenvolvida pelos teóricos de Frankfurt. Por não abarcar os conflitos que emergem na suposta homogeneidade burguesa, o conceito de indústria cultural, conforme concebido por Adorno e Horkheimer, apresentaria fragilidades (GENRO FILHO, 1987). Outra limitação da Teoria Crítica residiria na abordagem maniqueísta da tecnologia a partir do papel social alienador que exerce em certo momento histórico e uma apreensão apenas vaga das potencialidades desta. Para o autor, a cultura de massa é lugar também de afirmação de setores subalternos e de nascimento de outras culturas que não aquelas dominantes (GENRO FILHO, 1987, p. 119).

A possibilidade da utilização dos meios de comunicação (formas produtivas) através de relações de produção diferentes daquela que reforça o estado de homogeneização da cultura popular e o controle das massas pela elite é um dos objetivos da proposta da comunicação comunitária. Diversos nomes surgem para uma comunicação à margem das formas de produção dominantes ou que vise questioná-las através do conteúdo do discurso, tais como comunicação alternativa, participativa, participatória, horizontal, comunitária, dialógica e radical. Ao estabelecer as fronteiras entre esses diversos conceitos, Peruzzo (2009, p. 02) afirma que a comunicação comunitária, em seu sentido político, é “uma forma de expressão de segmentos empobrecidos da população, mas em processo de mobilização visando suprir suas necessidades de sobrevivência e de participação política com vistas a estabelecer a justiça social”. É característica essencial que seja feita pelo povo e não para este (PERUZZO, 2009,

p. 02). Uma comunicação para o povo consistiria na segmentação do público como forma de criar produtos de nicho e grupos de possíveis consumidores. Esta segmentação seria, ao contrário, mais uma maneira de reforçar a estrutura de comunicação vigente (PAIVA, 2003, p. 47). Outra característica obrigatória para definir uma comunicação como comunitária seria a falta de uma lógica empresarial (PAIVA, 2003, p. 48). Esta maneira de abordar as estratégias de comunicação levaria a um uso mais comprometido dos meios que visasse a adequação da tecnologia ao projeto global determinado pelos objetivos de um grupo ou comunidade (PAIVA, 2003, p. 48).

A crítica de Paiva (2003), assim como de outros autores tais como Lago (2010) e Resende (2008) sobre os sistemas comerciais de produção comunicativa, entre eles as organizações jornalísticas tradicionais, reside na incapacidade ou mesmo falta de esforço desses sistemas para compreenderem a diversidade do público ao qual se dirige e para abordar a realidade de maneira complexa:

Hoje, o sistema dos meios de comunicação de massa transforma em *nada* qualquer coisa que possa ser vista, ouvida, dita ou expressa pelo outro. O outro, diferente, aquele a quem os modelos clássicos de comunicação decidiram chamar de receptor (e até mesmo o emissor) transforma-se numa voz distante e fastidiosa, sobre quem na verdade pouco se sabe. (PAIVA, 2003, p. 44-45)

Em editorial para o número especial de uma revista científica brasileira sobre Comunicação Comunitária, Ribeiro e Santos (2009, p. 02) definem comunicação comunitária como aquela que é capaz de vislumbrar perspectivas diferentes da hegemônica: “o comunitário estaria resgatando na comunicação o seu significado etimológico (e, nesse contexto, até mesmo revolucionário) da vinculação que promove o ‘ser em comum’, e recusando o seu moderno esvaziamento como veiculação midiática”. Peruzzo (2009, p. 10, 11), em artigo para a mesma revista, aponta para o potencial desta forma de comunicação devido não somente às mensagens divulgadas que possuiriam conteúdos com finalidade de ampliar a cidadania e incentivar a educação e cultura em sua diversidade, mas também ao envolvimento de diversos atores sociais na produção e difusão da informação. Para a autora, existe o desafio de preencher com formas qualitativas as novas tecnologias de comunicação que passariam a existir em paralelo às antigas modalidades comunicativas (PERUZZO, 2009, p. 12). Ao mesmo tempo, a comunicação alternativa haveria assumido um caráter mais lúdico, ao desempenhar mais o papel de um exercício do direito de comunicar-se do que combativo (PERUZZO, 2009, p. 07), talvez porque na sociedade democrática não caiba mais os discursos utilizados na origem do movimento da comunicação alternativa – aquele que lutava contra a ditadura e o autoritarismo.

Hoje, as tecnologias colaborativas de produção de informação fornecem novos elementos para pensar a questão. A internet é vista como o espaço onde é possível vislumbrar o outro de forma antes impensada, uma vez que cidadãos possuem em

suas mãos as formas produtivas, com as quais é possível difundir uma diversidade de produtos e a partir das quais é possível desenvolver-se uma variedade de relações. Lemos (2009) estabelece uma distinção das funções massivas e pós-massivas. Estas últimas se caracterizam pela abertura do pólo de emissão e por uma conversação que ocorre no próprio seio da produção e trocas informativas e não após estas, como se dá no processo massivo:

As tecnologias da comunicação e de interação digitais, e as redes que lhe dão vida e suporte, provocam e potencializam a conversação e reconduzem a comunicação para uma dinâmica na qual indivíduos e instituições podem agir de forma descentralizada, colaborativa e participativa (LEMOS, 2009, p. 02).

Gillmor (2004) vislumbra a possibilidade de um jornalismo feito pelo povo e para o povo porque a internet possibilitou-nos pela primeira vez a comunicação de muitos para muitos e de poucos para poucos. E, enquanto as empresas de mídia estariam formando conglomerados cada vez maiores, os jornalistas cidadãos emergiriam para preencher o lapso deixado pela falta de um jornalismo de confiança. Surgem termos como *networked journalism* (jornalismo conectado) (DEUZE; BARDOEL, 2001, BRUNS, 2005), jornalismo *pro-am*<sup>1</sup> (DOCTOR, 2010, BELOCHIO; ZAGO, 2010), *open news* ou *open publishing* (jornalismo de fonte aberta) (BRUNS, 2005), jornalismo como sistema (FONTCUBERTA; BORRAT, 2006), *multiperspective news* (notícias com múltiplas perspectivas) (GANS, 2003), jornalismo participativo (GILLMOR, 2004, BRUNS, 2005) na busca para conceituar as diversas formas de comunicação cidadã que emergem na internet.

Para Bowman and Willis (2003), a profissão jornalística enfrenta um desafio peculiar na atualidade, uma vez que a audiência emerge como sua principal concorrente. As razões para a participação nestes contextos colaborativos são divididas pelos autores em vários objetivos da audiência (BOWMAN; WILLIS 2003). São eles: ganhar status e construir reputação em uma dada comunidade, criar conexões com outros que possuem interesses similares on-line e off-line, “fazer um sentido” e gerar uma compreensão do excesso de informação trazido pela internet, informar e ser informado, entreter e ser entretido e criar. As necessidades psicológicas, de segurança e garantias sociais, de autoestima e atualização estariam entre as motivações que permeariam todas aquelas razões (BOWMAN; WILLIS, 2003).

Alguns autores (CASTELLS, 2007, NUNES JUNIOR, 2009, PAIVA, 2003, RAMALHO, 2007, THIOLLENT; ALVEAR, 2011, TRAMONTE et al, 2005) abordam, no entanto, como a tecnologia precisaria de um aporte na construção de vínculos comunitários locais, através de laços reais entre atores sociais em seus ambientes de vida.

Thiollent e Alvear (2011), ao analisarem a construção do Portal Comunitário

1 “Pro” refere-se à profissional, e “am” a amadores. Este seria o tipo de jornalismo onde profissionais e amadores trabalhariam juntos na composição da informação.

da Cidade de Deus (online) na favela homônima no Brasil, apresentam o conceito de tecnologia solidária relacionado com o compromisso de construir outro tipo de sociedade. Em oposição à tecnologia competitiva que promove uma dominação do usuário pelo proprietário da tecnologia, a tecnologia solidária envolveria a presença de atores sociais locais como sujeitos produtivos através de metodologias participativas as quais levariam à superação de desigualdades sociais. Duas alternativas são vislumbradas pelos autores para a construção de um portal participativo onde seja verdadeiramente possível a construção colaborativa de conteúdo, sem a presença de um editor. Primeiramente, a necessidade de uma articulação local (THIOLLENT; ALVEAR, 2011) e, em segundo lugar, o desenvolvimento de tecnologias que possibilitem formas horizontais de gerenciamento de conteúdo, distintas do modelo atual, no qual valores sociais de subordinação, de administração hierárquica e administração por pessoas altamente especializadas são reproduzidos (THIOLLENT; ALVEAR, 2011).

Para Paiva, esta adaptação das novas tecnologias às dinâmicas sociais locais distinguiria os propósitos da comunicação comunitária: “nela o real histórico impõem-se como elemento definidor de todo o processo de produção determinando a própria existência do veículo” (PAIVA, 2003, p. 58).

## A comunicação indígena na internet

Ao utilizar a internet para informar o mundo sobre os avanços da batalha travada no México, o movimento zapatista, em 1994, foi um dos primeiros a mostrar a potencialidade da utilização das novas mídias como um instrumento político de luta social pelas comunidades menos favorecidas e minorias étnicas. No livro *Votám-Zapata: A Marcha Indígena e a Sublevação Temporária* (BRIDGE & FELICE, 2002), Marco F. Bridge e Massimo Di Felice discutem o pensamento indígena e as novas formas de conflitos da contemporaneidade e apontam que, com os Zapatistas, surge o conflito eletrônico e transacional, onde o fluxo de comunicação exerce um papel fundamental no diálogo entre as forças locais e globais, revolucionárias e institucionais.

O movimento precursor de Chiapas continua com povos de diversas etnias e localidades. Em pesquisa sobre a presença indígena brasileira no ciberespaço, Eliete Pereira (2007) aponta que os primeiros registros de participação de indígenas do Brasil na internet são de 2001, e que esta participação expandiu e inclui *sites*, blogues, comunidades virtuais e portais. Os dados analisados apontam para 37 cibermeios no ano de 2007.

O uso das novas tecnologias da informação pelos povos indígenas levou Nunes Junior (2009) a reunir as palavras ‘Internet’ e ‘étnico’ e cunhar o conceito de Internetnicidade. Ao estudar a comunicação entre povos guaranis do estado de Santa Catarina no Brasil, Nunes Junior fala da substituição dos antigos mensageiros e intermedi-

ários tais como funcionários do órgão federal Fundação Nacional dos Índios (FUNAI) pelo uso de tecnologias como o telefone, emails, redes sociais, rádios comunitárias como forma de integração. As NTICs (Novas tecnologias de Informação e Comunicação) funcionam como “um auxílio à concepção Guarani de mundo/território/yvyrupa Guarani reunido como numa rede, o que chamamos de ‘território em rede’” (NUNES JUNIOR, 2009, p. 98).

Gallois e Carelli (2010) também abordam a relação dos povos indígenas com as novas tecnologias. Para os autores, encontra-se aqui um processo necessário para a sobrevivência cultural, de atualização de identidades, o qual preenche lacunas deixadas tanto pelas coberturas televisivas que reforçam a ideia de uma cultura indígena primitiva e frágil como pelas políticas públicas que não se voltam para garantir o direito de comunicação destes povos<sup>2</sup>.

O uso de meios de comunicação por povos indígenas tem motivado diversas pesquisas que investigam, entre outras perspectivas da questão, as mudanças culturais causadas pela inclusão digital (SILVA; CAVALCANTE, 2009; NAVA, 2008), o uso de vídeos por povos indígenas (SILVA; COLVERO, et al, 2010), rádio comunitária indígena (FREITAS; MATOS, 2009) e também, especificamente, a presença indígena no ciberespaço (PEREIRA, 2007; BUCCHINONI, 2009).

As potencialidades fornecidas pelas novas tecnologias da informação para a construção de uma comunicação descentralizada são vistas como uma aquisição importante na reafirmação da identidade de povos indígenas e na superação de injustiças sociais. No depoimento retirado do documentário “Indígenas Digitais” (2010), Nhenety Nhenety Kariri-Xocó, índio membro e coordenador da rede Índios On-line (on-line), descreve qual é a motivação que baseia o uso das novas tecnologias de comunicação e informação pelos integrantes da rede: “O computador serve como um arco. Porque o arco tradicional servia para caçar, pescar, defender o povo e trazer a caça, a pesca, para a subsistência dos povos. E o computador também faz isso, ele faz a caçada, uma caçada virtual”. (INDÍGENAS DIGITAIS, 2010).

---

<sup>2</sup> Para fins de ilustração, citamos dois casos onde a abordagem jornalística sobre temas relacionados aos povos indígenas foi criticada. Tierney (2002, p. 41) reflete sobre como a cobertura sensacionalista e acrítica da mídia sobre o trabalho do antropólogo americano Napoleon Chagnon corroborou com as ações deste e de sua equipe, inclusive cultuando-os como celebridades, e como isto resultou na violação da cultura ianomâmi e na morte de muitos indígenas. Ao analisar a cobertura da imprensa brasileira do “caso Payakã”, onde um indígena foi acusado de realizar um crime hediondo segundo a lei brasileira, Freire (2004) verifica como ocorre uma deslocação do discurso sobre a acusação contra o indígena para a relação das populações indígenas com a sociedade nacional, existindo a apresentação de “linhas consensuais em torno à riqueza, privilégio e poder – como elementos de representação do ‘índio’ – articulados num discurso argumentativo que, de modo geral, visa mobilizar opiniões para o questionamento dos direitos especiais indígenas” (FREIRE, 2004, p. 29).

## Mapeamento da participação indígena na rede

Com o objetivo de fornecer mais um elemento para compreender a comunicação indígena no contexto atual, realizamos um mapeamento da presença destes povos na internet. A listagem de cibermeios apresentada no blogue Sites Indígenas (on-line) foi escolhida como referência. Esta escolha se justifica, principalmente, pela amplitude da lista apresentada. A partir da observação dos cibermeios indígenas ali indicados, encontramos poucas sugestões de *links* de outros cibermeios não incluídos na listagem original. Outra razão foi a necessidade de facilitar o processo de busca de informação que poderia resultar em um trabalho desgastante e, ainda sim, incompleto, se baseado nos mecanismos de busca gerais do mundo virtual. O blogue exerceu a função, deveras necessária, de um agregador especializado para cibermeios de autoria indígena.

O blogue Sites Indígenas (on-line) apresenta uma lista de 61 cibermeios, sendo que três estavam fora do ar. Dividimos os cibermeios em três categorias: com notícias e publicações com atualizações em 2011, com notícias e publicações sem atualizações em 2011, e cibermeios estáticos. Diferentes cibermeios de autoria do mesmo indivíduo ou grupo de pessoas foram marcados apenas uma vez, e um único cibermeio que apontasse rede de atores em diversas localidades foi marcado nas diversas localidades onde possuía representantes. No conjunto dos 61 cibermeios listados não foi possível identificar a localização geográfica de dois. Os outros que não apresentavam indicação de local no conteúdo ou perfil dos autores foram localizados pela referência à etnia. Dois cibermeios foram referenciados como redes nacionais<sup>3</sup>. Muitos cibermeios encontram-se ‘abandonados’, ou seja, foram criados e há anos não são atualizados. Outros marcados com atualização em 2011 possuem atualizações esparsas.

<sup>3</sup> O portal da Rede Culturas Indígenas (<http://www.culturasindigenas.org>) e o portal da Rede Grumin de Mulheres Indígenas (<http://www.grumin.org.br>)



**Figura 1** - Mapeamento de Cibermeios Indígenas no Brasil - 2011

Observa-se, na diversidade dos cibermeios encontrados, a busca pela construção de uma comunicação independente, de autoria de povos indígenas, a partir de diferentes locais do Brasil. Diversos tipos de conteúdo são produzidos: textos intitulados notícias, relatos de vida pessoal, compartilhamento de produção artística, denúncias e articulações políticas. Vários formatos são utilizados: textos, fotos, gravuras, vídeos, programas de rádios.

Apesar do crescimento da comunicação virtual indígena, a abrangência do conteúdo da informação publicada nestes meios e as formas de produção e articulações locais e em rede que resultam das conexões realizadas para esta produção são elementos ainda pouco pesquisados. Em levantamento bibliográfico para realização deste artigo, encontramos trabalhos principalmente no campo da Antropologia. Apenas uma dissertação (BUCCHIONI, 2010) foi encontrada em um programa de Comunicação com o tema da presença indígena na rede.

Anteriormente realizamos uma análise das características de dois cibermeios de autoria de indígenas no contexto brasileiro<sup>4</sup> (AUTOR, ANO). Percebemos a pro-

<sup>4</sup> Analisamos os blogs da Escola Paámali (<http://pamaali.wordpress.com>) e Nodanakaroda – Rio Negro Post

dução de informação voltada principalmente para questões locais. Embora consideremos que não é possível afirmar, a princípio, que a informação nestes cibermeios vislumbre uma perspectiva diferente da hegemônica<sup>5</sup>, conforme apontado por Ribeiro e Santos (2009) como necessário à comunicação comunitária, observamos nestes cibermeios a cobertura de questões do cotidiano dos povos indígenas que permanecem marginais no jornalismo das grandes organizações. Neste sentido, através do envolvimento de atores locais no processo comunicativo enquanto autores e não apenas consumidores de informação, efetiva-se, em certa medida, o potencial da comunicação comunitária, conforme definido por Peruzzo (2009). A internet é utilizada com o objetivo de atualizar identidades (GALLOIS; CARELLI, 2010, PEREIRA, 2007) e construir uma comunicabilidade para o povo indígena até então impossibilitada pelas demandas financeiras e estruturais dos meios de comunicação de massa, como rádio, televisão e jornais impressos (NUNES JUNIOR, 2009).

Permanece necessário, entretanto, no contexto do novo suporte, o estudo das formas de financiamento destes cibermeios, uma vez que são essenciais investimentos em infraestrutura tais como energia elétrica, computadores, conexão de internet (NAVA, 2008, NUNES JUNIOR, 2009); em formação, em desenvolvimento de tecnologias, conforme apontado por Thiollent e Alvear (2011) como necessário para a construção de uma comunicação verdadeiramente colaborativa; e financiamentos para a atuação de atores em tempo integral ou parcial como agentes comunitários de comunicação. Se a falta da lógica comercial é um elemento definidor da comunicação comunitária (PAIVA, 2003), é de fundamental importância compreender como os cibermeios indígenas são financiados na atualidade e em que medida os modelos de financiamento geram consequências na qualidade e potencial comunicativo da informação.

## Considerações finais

O mapeamento apresentado pretende ser uma indicação para levantar diversas questões sobre a possibilidade de produção de informação por parte dos cidadãos, conforme vislumbrado pelas perspectivas do jornalismo cidadão e participativo. A partir da análise dos cibermeios de povos indígenas e da bibliografia levantada, observamos a tecnologia a permitir uma independência de intermediários por parte dos povos indígenas para a comunicação com seus pares. Existe um movimento de mobilização através da internet, onde redes nacionais e regionais são criadas para

<http://rbaniwa.wordpress.com>.

<sup>5</sup> Moretzsohn (2007) apresenta uma reflexão crítica com relação ao potencial do jornalismo cidadão e participativo. Para a autora, seria bastante ingênuo pensar que, ao dar a voz ao povo, este povo vá falar algo genuíno e verdadeiro sem a mediação de informações que receberam dos meios de comunicação. Residiria na proposta do jornalismo cidadão uma confusão entre o surgimento das novas tecnologias, ou seja, novas mediações, e o fim das mediações. Devido à pertinência das considerações levantadas por Moretzsohn, consideramos que, para caracterizar como não-hegemônica as informações de autoria de povos indígenas, seria necessário a realização de estudos específicos sobre o conteúdo produzido nos cibermeios indígenas, além de estudos comparativos com as abordagens do jornalismo tradicional.

gerar trocas de informações a partir de diversos locais no Brasil.

Por um lado, o conteúdo mostra-se inconstante com cibermeios muitas vezes desatualizados e a proposta inicial não concretizada. Consideramos, assim, necessário empreender pesquisas que estudem a verdadeira consequência destas informações na construção da visibilidade dos segmentos excluídos da população, ou a credibilidade que estes cibermeios recebem pela sociedade. Por outro lado, reconhecemos, no movimento de articulação indígena na rede, o início de uma mudança histórica na articulação dos povos indígenas enquanto atores sociais independentes. A possibilidade de construir as próprias narrativas significa uma mudança de representatividade para esses povos se compararmos com a antiga relação de subordinação perante a cobertura do jornalismo tradicional como único canal de comunicação com a sociedade. A possibilidade de emergir um jornalismo cidadão com indivíduos a produzirem e difundirem o próprio conteúdo pode ser apresentada como um substituto da produção jornalística tradicional ou como um movimento independente, onde articulações comunitárias realizam propósitos cívicos e não comerciais. Esta última opção nos parece mais condizente com a realidade atual. Uma realidade que precisa ser estudada criticamente e passar por melhorias significativas para alcançar os próprios objetivos estabelecidos de atender às demandas comunicativas das camadas sociais excluídas.

## Referências:

BELOCHIO, Vivian; ZAGO, Gabriela. **O Pro-Am como estratégia jornalística no Twitter**: apontamentos para discussão. In. Estudos de Jornalismo e Mídia, Florianópolis, v 7, no 2. p. 413-423, jul/dez. 2010.

BOWMAN, Shayne; WILLIS, Chris. **We Media**: How audiences are shaping the future of news and information. Reston: Media Center of American Press Institute, 2003.

BRUNS, Axel. **Gatewatching**: collaborative online news production. New York: Peter Lang, 2005. 330 p.

BUCCHIONI, Xenya de Aguiar. **Comunicação, visibilidade e vínculo**: a presença indígena na virtualidade. XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Curitiba. 2009. Anais. 14p.

CASTELLS, Manuel. **The power identity**. Massachusetts: Blackwell, 1997. 461p. (The information age : economy, society and culture v. 2)

DEUZE, Mark; BARDOEL, Jo. **'Network journalism'**: converging competences of old and new Media professionals. Converging Competences of Media Professionals and Professionalism. In: Australian Journalism Review 23 (2), 2001, p.91-103.

DOCTOR, Ken. **Newseconomic**: twelve new trends that will shape the news you get. New York: St. Martin Press. 2010. 218 p.

FONTCUBERTA, Mar de e BORRAT, Hector. **Periódicos**: sistemas complejos, narradores em interacción. Buenos Aires: La Crujía, 2006

FREIRE, Maria José Alfaro. **Espelho infiel**: o negro no jornalismo brasileiro. In. CARRANÇA, Flávio; BORGES, Rosane da Silva. Espelho infiel: o negro no jornalismo brasileiro. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. 189p.

FREITAS, Ricardo Oliveira de; MATOS, Lucineide Magalhães de. **Caramuru FM**: a rádio comunitária do povo Pataxó Hã-Hã-Hãe. XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Curitiba, 2009. 15p. Anais.

GALLOIS, D.; CARELLI, V. **Índios eletrônicos**: uma rede indígena de comunicação. Disponível em: [http://www.antropologia.com.br/tribo/sextafeira/pdf/num2/indio\\_elet.pdf](http://www.antropologia.com.br/tribo/sextafeira/pdf/num2/indio_elet.pdf). Acesso em 20 de setembro de 2011

GANS, Herbert J. **Democracy and the news**. Oxford: Oxford University Press, 2003. 168 p.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre, Tchê, 1987.

GILLMOR, Dan. **We the media**. Grassroots journalism by the people, for the people. Stanford: O'Reilly, 2004.

INDÍGENAS DIGITAIS. Direção de Sebastián Gerlic. Salvador: Thydêwá e Cardim Soluções Integradas. 2010. 1 filme (26 min).

ÍNDIOS ONLINE. Disponível em: <http://www.indiosonline.org.br>. Acesso em: 03 outubro de 2011.

LAGO, Cláudia. **Ensinaamentos Antropológicos**: a possibilidade de apreensão do Outro no Jornalismo. In. Brazilian Journalism Research, Volume 6, número 1, 2010.

LEMOS, André. **Nova esfera Conversacional**, in Dimas A. Künsch, et al, Esfera pública, redes e jornalismo. Rio de Janeiro, Ed. E-Papers, 2009, pp. 9 – 30.

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos**. Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

NAVA, E.M. **Apropriação de uma política pública de “inclusão digital” entre os Pataxós de Coroa Vermelha, Bahia**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

NUNES JUNIOR, Nuno. **Internetnicidade**: caminhos das novas tecnologias de informação e comunicação entre povos indígenas. 2009. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

PAIVA, Raquel. **O Espírito Comum**: comunidade, mídia e globalismo. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. 175 p.

PEREIRA, Eliete da S. **Ciborgues Indígenas.br**: a presença nativa no ciberespaço. Dissertação de Mestrado (Centro de Pesquisa e Pós-graduação das Américas, Instituto de Ciências Sociais), Universidade de Brasília, Brasília, 2007. 169p.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor**. In. Revista ECO-Pós, v.12, n.2, maio-agosto 2009, p.46-61.

PORTAL COMUNITÁRIO DA CIDADE DE DEUS. Disponível em: <http://www.cidadede-deus.org.br/>. Acesso em: 11 de novembro de 2011.

RAMALHO, Cristiane. **Notícias da Favela**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2007.

RESENDE, Fernando. **A narratividade do discurso jornalístico**: a questão do outro. São Bernardo do Campo: 6º Encontro Anual da SBPJor, 2008. Anais.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SANTOS, Suzy dos. Editorial. In. Revista ECO-Pós, v.12, n.2, maio-agosto 2009, p.1-6.

SILVA, Denise Teresinha da; COLVERO, Ronaldo Bernardino; RODRIGUES, Diego de Lemos. **O uso dos meios como alternativa de comunicação para a população dos Mbyá-Guarani presente nos Sete Povos das Missões**. XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Caxias do Sul, 2010. Anais. 15p.

SILVA, Ravena Sombra Martins da; CAVALCANTE, Carmen Luisa Chaves. **A reinvenção cultural dos índios Tapebas por meio da inclusão digital**. XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Curitiba, 2009. Anais. 12p.

SITES INDÍGENAS. Disponível em: <http://www.sitesindigenas.blogspot.com>. Acesso em: 20 de junho de 2011.

THIOLLENT, Michel. Alvear, Celso Alexandre Souza de. **Participatory Development of Technologies as a Way to Increase Community Participation**: the Cidade de Deus Web Portal Case. In. Community Informatics: a global e-journal. Vol. 7 Nos. 1 & 2 (2011)

TIERNEY, Patrick. **Trevas no Eldorado**: como cientistas e jornalistas devastaram a Amazônia e violentaram a cultura ianomâmi. Trad.: Bentto de Lima. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002. 526p.

TRAMONTE, Cristiana et al. **A comunicação na aldeia global**: cidadãos do planeta face à explosão dos meios de comunicação. Pretrópolis, RJ: Vozes, 2005. 307p.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2004, pp. 145-204.